WWW.JORNALATOS.NET A SUA INFORMAÇÃO DIÁRIA

JORNAL ATOS

ANO 26 | R$ 1,50 | RMVALE, SEXTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2020 | N.º 3.517

Região negocia compras de testes para coronavírus

Pinda adquire mil exames; Guará confirma compra e Aparecida analisa condições para acelerar processo

Enquanto o principal laboratório para realização de exames de coronavírus, o Adolfo Lutz, de São Paulo, tem uma grande demanda, prefeituras da região confirmaram aquisição e possibilidade de compra de testes para detectar o vírus. Após Pindamonhangaba, agora é Guaratinguetá que encaminha a compra dos testes rápidos. Em Pinda, foram adquiridos mil testes que serão aplicados em pacientes internados com suspeita de Covid-19. Os resultados são obtidos em poucos dias. Apenas internados são examinadas, de acordo com a secretária adjunta de Saúde, Mariana Freire.

Foto: Marcelo A dos Santos

Mulher se protege com máscara no Centro de Lorena; cidades negociam exames para acelerar socorro

Lorena aguarda Câmara para criação de renda emergencial para 5,8 mil famílias

Com mapeamento de grupos de risco, projeto tem investimento de R$ 1,4 milhão para encaminhar bolsa social para moradores em bairros de alta vulnerabilidade; auxílio de dois meses na quarentena

Da Redação
Lorena

Um projeto da Prefeitura de Lorena tenta amenizar os impactos da pandemia do novo coronavírus na população de baixa renda. A proposta para a criação do "Programa de Renda Emergencial Temporária" foi apresentada aos vereadores nesta quinta-feira e deve ser votada ainda na sexta-feira. A ideia é oferecer auxílio econômico para garantir apoio às famílias carentes da cidade.

Enquanto os governos estaduais e federais debatem as bolsas para garantir recursos aos mais pobres, os municípios planejam o destino de investimentos em momentos de cofres enxutos. Mas em Lorena, o governo de Fábio Marcondes (sem partido) surpreendeu ao anunciar o projeto com investimento de R$ 1.432.558,84 para a disponibilização de recursos, pagos em duas parcelas, para 5.851 famílias em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade no município.

De acordo com o texto, serão beneficiadas com a renda emergencial temporária as famílias cadastradas no CadÚnico da Assistência Social até 20 de março deste ano, consideradas em vulnerabilidade social.

A divisão dos atendidos será em: 1.177 famílias em situação de extrema pobreza, com renda per capita mensal de R$ 0 à R$ 89; mais 2.484 famílias em situação de pobreza, com renda per capita mensal de R$ 89,01 à R$ 178; e 2.190 famílias de baixa renda, com renda per capita mensal de R$ 178,01 a meio salário mínimo.

O "Programa de Renda Emergencial Temporária" vai disponibilizar R$ 122,42 por dois meses. O valor foi decidido com referência no valor médio dos repasses Programa Bolsa Família, na forma de cartão multirede.

O projeto foi assinado no último dia 15, quase um mês após a cidade decretar emergência em saúde pública e adoção de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pela Covid-19.

Sobre os impactos econômicos da emergência sanitária, o texto destaca que "...A população mais afetada pela crise será aquela que já estava em condições de vulnerabilidade social e econômica. Essa população, em Lorena, pode ser identificada pelo Cadastro Único, que é à base de dados do Governo Federal sendo ali registradas as informações socioeconômicas das famílias de baixa renda domiciliadas no território brasileiro, que são aquelas que possuem uma renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa".

A Prefeitura frisou que o benefício poderá ser cancelado antes de seu prazo final caso seja constatada alguma irregularidade na obtenção.

Pontuais – A proposta revela ainda um levantamento para mapear áreas de maior necessidade. Segundo a Prefeitura, os bairros com maior concentração de famílias em vulnerabilidade são: Parque das Rodovias, Cecap, Cidade Industrial, Bairro da Cruz, Vila Passos e Santo Antônio.

Após reunião com os vereadores da cidade, na manhã desta quinta-feira, a expectativa do Executivo é que o projeto seja votado em sessão extraordinária da Câmara, ainda nesta sexta-feira e, em seguida, encaminhada para a sanção de Marcondes.

Foto: Francisco Assis

Pequenos moradores do Parque das Rodovias, em Lorena; cidade aguarda aprovação para criar ajuda financeira à famílias carentes

Médica com coronavírus segue isolada em Pinda

Da Redação
Pindamonhangaba

A secretaria de Saúde divulgou, no fim da tarde desta quinta-feira (16), que a cidade identificou o sexto caso de coronavírus. De acordo com informações da Prefeitura, a paciente é uma médica de 54 anos, residente de Pindamonhangaba, mas que trabalha em São Paulo.

A mulher está em isolamento domiciliar, pois seu quadro de saúde não requer internação hospitalar, e a equipe da Prefeitura está verificando como aconteceu a contaminação da doença.

Segundo o último boletim epidemiológico, o Município aguarda a análise de 41 exames, e ao menos, 13 pessoas estão internadas em unidades privadas e públicas recebendo atendimento médico, quatro desses pacientes estão na Unidade de Terapia Intensiva.

Guará tem caso de coronavírus em profissional de saúde

A Prefeitura de Guaratinguetá confirmou o terceiro caso positivo de coronavírus registrado no município. A confirmação foi feita na tarde da última quarta-feira (15) pelo setor de comunicação, que contabiliza o caso como importado. A paciente não mora na cidade, mas trabalha em Guará e é profissional de saúde em uma das unidades hospitalares.

Pág. 2

Pinda investe R$ 170 mil para armar a Guarda Municipal

Com objetivo de dar mais segurança para a cidade e colaborar com as forças policiais, a secretaria de Segurança Pública de Pindamonhangaba tem dado continuidade no processo de armamento da Guarda Municipal. As armas foram compradas, recentemente, no valor de R$ 107 mil.

Pág. 3

Prefeituras da região negociam compras de testes para coronavírus

Pinda adquire mil exames; Guaratinguetá confirma compra e Aparecida analisa

Leandro Oliveira
RMVale

Foto: Arquivo Atos

Santa Casa de Guaratinguetá, uma das cidades que negociam a compra de exames para acelerar o processo de atendimento contra Covid-19

Enquanto o principal laboratório para realização de exames de coronavírus, o Adolfo Lutz, de São Paulo, tem uma grande demanda, prefeituras da região confirmaram aquisição e possibilidade de compra de testes para detectar o vírus. Após Pindamonhangaba, agora é Guaratinguetá que encaminha a compra dos testes rápidos.

Em Pinda, foram adquiridos mil testes que serão aplicados em pacientes internados com suspeita de Covid-19. Os resultados dos exames são obtidos poucos dias após a coleta do material genético do paciente. Apenas pessoas internadas estão sendo examinadas, de acordo com a secretária adjunta de Saúde, Mariana Freire.

"Assim que houver indicação de internação, faremos a coleta e vamos encaminhar para um laboratório em São Paulo fazer a análise e o resultado deve ser liberado em poucos dias. Com o resultado, se for negativo, o paciente já estará liberado para sair do isolamento e receber o tratamento. Da mesma forma, se for positivo, permanecerá em isolamento e terá o devido tratamento", explicou. O município tem cinco casos confirmados além de uma morte diagnosticada por Covid-19.

Com três casos confirmados e quatro mortes suspeitas, Guaratinguetá também fará a aquisição de testes, através de um acordo com um dos hospitais do município e pode ser renovado, caso haja necessidade. A secretária municipal de Saúde, Maristela Macedo, confirmou que serão comprados duzentas unidades de exames iniciais.

"O Município fez a opção de comprar, numa parceria com a Santa Casa de Guaratinguetá, a princípio 200 exames num investimento de R$ 48 mil. Mas esse convênio pode ser estendido de acordo com a necessidade dos dois hospitais e da rede municipal", detalhou.

Além da Santa Casa, o Hospital Frei Galvão também recebe pacientes com suspeita de coronavírus.

A Prefeitura de Aparecida informou, por meio de nota, que está em processo de compra de testes para constatação de coronavírus. O Executivo, no entanto, não soube informar sobre a quantidade de testes e valor que pode ser investido. O município não tem nenhum caso confirmado de Covid-19 e já recebeu cinco resultados de exames, que deram negativo.

"Estamos monitorando apenas quatro pessoas que seguem em isolamento domiciliar. O paciente (de Potim) que está internado na UTI (Unidade de Terapia Intensiva) da Santa Casa aguarda resultado do exame, e o óbito (morador de Roseira) também aguarda resultado", concluiu o comunicado.

As prefeituras de Cruzeiro, Lorena e Cachoeira Paulista foram procuradas para responder sobre a compra de testes para Covid19, mas não responderam até o fechamento desta edição.

Litoral – A Prefeitura de Ubatuba informou que aguarda a entrega de testes para coronavírus, que serão enviados pelo Ministério da Saúde. De acordo com o departamento de comunicação, os exames chegam na próxima semana. A cidade tem até o momento um caso positivo de Covid19.

A Prefeitura de Caraguatatuba confirmou que segue os critérios para aplicação dos testes rápidos. "O Ministério da Saúde pretende disponibilizar gradualmente testes rápidos para detecção de anticorpos contra Sars-Cov-2 aos serviços de saúde, recomendando sua realização em pessoas sintomáticas que se enquadrem em uma das seguintes categorias. Trabalhadores de serviços de saúde em atividade, segurança pública em atividade, pessoa com diagnóstico de síndrome gripal que resida no mesmo domicílio de um profissional de saúde ou de segurança pública em atividade. O município adquiriu uma pequena remessa de testes esta semana que estão sendo aplicados nos profissionais de saúde que estão em quarentena. A maior dificuldade é conseguir fornecedor para efetuar compra".

Potim reforça medidas para inibir ocorrências do novo coronavírus

Com novo decreto da Prefeitura, missas e cultos religiosos são suspensos; comerciantes devem usar máscaras de proteção para atuação na cidade

Lucas Barbosa
Potim

Foto: Reprodução PMP

Unidade de Saúde central de Potim; Prefeitura anuncia novas medidas para campanha contra o coronavírus

Apesar de Potim não ter casos confirmados de coronavírus (Covid-19), a prefeita Érica Soler (PL) baixou um decreto na última terça-feira (14) que reforça as ações de prevenção ao contágio da doença. Além da obrigatoriedade da utilização de máscaras por comerciantes e clientes, o documento determina a suspensão de missas e cultos religiosos.

O novo decreto municipal estabelece que a partir deste sábado poderão continuarem com suas portas abertas, desde que seus funcionários e clientes usem máscaras e luvas de proteção, repartições públicas e estabelecimentos comerciais como: agências bancárias, barbearias, cartórios, casas de ração animal, clinicas odontológicas e médicas, distribuidoras de água e gás, estacionamentos, farmácias, salões de beleza, lotéricas, oficias mecânicas, postos de combustíveis e lojas de materiais de construção, tecidos e ferragens. A Prefeitura exige também que os comerciantes permitam no máximo que seis pessoas permaneçam no interior dos estabelecimentos por vez, mantendo uma distância mínima de um metro para o outro.

Já os donos de padarias, restaurantes e lanchonetes não poderão deixar seus clientes consumirem os alimentos nos locais, mas sim que os retirem no balcão ou solicitem a entrega à domicílio.

Em contrapartida, estão proibidos de funcionarem por trinta dias: academias, bares, clubes, salões de festa, lan houses e lojas de comércio em geral. Pelo mesmo prazo, estão suspensas atividades em igrejas e demais templos religiosos.

Se a determinação for descumprida, os proprietários das empresas serão penalizados através de multas que variarão de R$ 200 a R$ 4 mil, de acordo com a infração e o porte do empreendimento. Em caso de reincidência, estabelecimento poderá ser lacrado pela Vigilância Sanitária.

De acordo com a secretaria de Saúde de Potim, até o fim da tarde desta quinta-feira (16) a cidade contabiliza apenas um caso suspeito, referente a um homem de 32 anos, que mora no bairro Vila Olivia. O paciente deu entrada na noite da última quarta-feira na Santa Casa de Aparecida, onde permanece internado na UTI (Unidade de Tratamento Intensivo).

Em contrapartida, o Município descartou outros 28 casos suspeitos.

Precaução – Enquanto em Potim é exigida a utilização de máscaras apenas no interior de estabelecimentos comerciais, as Prefeituras de Cruzeiro e Guaratinguetá determinam o uso também em vias públicas.

Em Guará, o decreto que estabelece a utilização do objeto foi baixado pelo prefeito Marcus Soliva (PSB) no último dia 4. Já em Cruzeiro, a obrigatoriedade da medida de prevenção foi anunciada pelo prefeito Thales Gabriel Fonseca (SD) última quarta-feira.

Secretaria confirma caso de coronavírus em profissional de saúde em Guará

Município soma três confirmações; terceira paciente não mora na cidade

Leandro Oliveira
Guaratinguetá

A Prefeitura de Guaratinguetá confirmou o terceiro caso positivo de coronavírus registrado no município. A confirmação foi feita na tarde da última quarta-feira (15) pelo setor de comunicação, que contabiliza o caso como importado. A paciente não mora na cidade, mas trabalha em Guará e é profissional de saúde em uma das unidades hospitalares.

A confirmação da secretaria de Saúde foi feita após a notícia de cura de dois pacientes que estavam internados com coronavírus. Um dos pacientes era residente em Guará e o outro não morava na cidade. Ambos tiveram alta no mesmo dia, na última terça (14), no Hospital Frei Galvão e na Santa Casa da cidade.

Secretária de Saúde, Maristela Macedo afirmou que a terceira confirmação, assim como a segunda, é de um caso importado. A paciente tem menos de 60 anos e, diferente dos dois primeiros pacientes, não estava internada. "Nenhum dos dois (últimos diagnosticados) são moradores de Guaratinguetá. No último caso é uma profissional de saúde que trabalha na cidade".

A secretária foi questionada sobre a cidade em que a paciente reside, qual a sua função na área da saúde e em que unidade hospitalar ela trabalha, porém, não pôde responder. "Infelizmente não posso divulgar a pedido da Vigilância (Epidemiológica) Estadual", explicou.

O diretor da Santa Casa de Guaratinguetá, João Marcos Romain, afirmou que a paciente pediu sigilo e não permitiu a divulgação de informações.

Região – Com a confirmação do novo caso, Guaratinguetá passa a ter três diagnósticos positivos para coronavírus. Caraguatatuba tem 12, Pindamonhangaba seis, Cruzeiro dois, Cachoeira Paulista e Ubatuba tem um caso cada. Lorena que segue com um caso importado, divulgou nesta quinta-feira a confirmação de um caso autóctone e de um paciente positivado de São Paulo. Caraguá tem duas mortes por Covid-19, enquanto Pinda e Cruzeiro têm uma cada.

ELETRO JOEL
Assistência técnica autorizada
Black & Decker - Seggar - Salton - Walita - Arno - Taiff - Lorenzetti

Expediente
Jornal Atos
www.jornalatos.net / e-mail: atosdiario@gmail.com
EDITOR: EDER BILLOTA
Tel.: (12)3522-9571 - Pindamonhangaba
Tel. (12) 3133-3257
Guaratinguetá
Tels.: (12) 3301-5005/3152-2148
IMPRESSÃO: BILLOTA JORNAIS LTDA - ME

Pinda investe R$ 170 mil para armar a Guarda Municipal

Bruna Silva
Pindamonhangaba

Com objetivo de dar mais segurança para a cidade e colaborar com as forças policiais, a secretaria de Segurança Pública de Pindamonhangaba tem dado continuidade no processo de armamento da Guarda Municipal. As armas foram compradas, recentemente, no valor de R$ 107 mil.

De acordo com o secretário de Segurança Pública, José Sodário Viana, 39 guardas passaram no exame psicológico para receber o armamento e 14 foram aprovados, até o momento, na capacitação. A Prefeitura aguarda a aprovação dos outros 24 agentes. O processo de qualificação dos funcionários contou com diversas etapas como curso de cem horas, além do preparo teórico, prático e a compra dos equipamentos. Foram investidos R$ 8 mil para exames psicológicos e R$ 50 mil em curso de aptidão.

"A arma foi adquirida e a empresa que fornece, a Taurus, está colocando o brasão da cidade e a inscrição da GCM (Guarda Civil Metropolitana) nas armas. Dentro 15 a 20 dias receberemos se tudo ocorrer normal", afirmou Sodário.

Além do recebimento do armamento e aprovação dos agentes, o Município aguarda também a concessão do porte de arma aos guardas pela Polícia Federal, o processo segue em análise de documentação individual. A Guarda Civil Metropolitana tem como missão proteger serviços, bens e instalações municipais, e também colabora com fiscalização de infrações de trânsito e apoia as ações de Posturas. Os guardas poderão também efetuar prisão em flagrante delito, como qualquer pessoa que presencie um crime, explicou o secretário.

A Guarda possui um canil com cão devidamente treinado para ações como apreensão de drogas, segundo a secretaria de Segurança Pública o animal já foi emprestado para a Policia Civil como auxílio de investigação. Ainda não há prazo definido para que o processo de adequação para o armamento seja finalizado, mas a Prefeitura estima que "seja o mais breve possível".

Fazenda da ESPERANÇA

OBRA SOCIAL NOSSA SENHORA DA GLORIA FAZENDA DA ESPERANÇA

CNPJ (MF) nº 48.555.775/0001-50

BALANÇO PATRIMONIAL (em Reais/ mil)

DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE	27.053.900,03	30.535.799,08
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13.653.964,86	9.062.877,66
VALORES RECEBÍVEIS	3.053.096,01	101.787,51
RECURSOS COM RESTRIÇÃO (Subv. a Receber)	9.686.089,51	18.316.421,08
OUTROS CRÉDITOS	1.776.449,12	2.290.121,80
ESTOQUES	263.095,44	218.021,48
DESPESAS ANTECIPADAS	389.548,06	144.355,53
ATIVO NÃO CIRCULANTE	107.433.838,45	100.453.498,23
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS	895.902,50	1.401.228,39
IMOBILIZADO	193.545.446,37	133.173.302,85
DEPRECIAÇÃO	-86.817.471,42	-84.121.121,06
COMPENSAÇÃO	330.111,33	4.585,33
ATIVO COMPENSADO	330.111,33	4.585,33
TOTAL DO ATIVO	135.547.950,81	130.486.375,63
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE	37.878.511,28	42.762.303,80
SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS	614.080,03	143.837,57
FORNECEDORES	1.005.186,07	653.508,42
OBRIGAÇÕES FISCAIS	93.153,13	112.581,20
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	61.995,00	344.515,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	301.794,52	223.591,54
SUBVENÇÕES A REALIZAR	14.307.167,00	21.255.573,05
RECEITAS DIFERIDAS	19.621.151,29	17.324.199,88
PROVISÕES	1.291.328,14	1.274.818,55
OUTRAS RECEITAS	583.293,77	1.429.325,97
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	977.183,91	1.497.068,46
OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	82.392,28	95.853,10
OBRIGAÇÕES FISCAIS DE LONGO PRAZO	894.691,68	1.401.216,55
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	96.372.245,29	86.762.517,05
PATRIMÔNIO SOCIAL	88.188.067,96	82.115.645,47
SUPERÁVIT/DÉFICIT ACUMULADOS		
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	8.184.177,33	4.646.871,58
COMPENSAÇÃO	330.111,33	4.585,33
ATIVO COMPENSADO	330.111,33	4.585,33
TOTAL DO PASSIVO	135.547.950,81	130.486.375,63

Guaratinguetá/SP, em 31 de março de 2020

Pe JOSÉ LUIZ DE MENEZES
Presidente Geral

Erika Tolli dos Santos de Oliveira
Contadora CRC 1SP-302340/O-3

OBRA SOCIAL NOSSA SENHORA DA GLORIA FAZENDA DA ESPERANÇA
CNPJ (MF) nº 48.555.775/0001-50
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO 2019

DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM	COM. TERAPÊUTICA	SAÚDE	SAÚDE GERAL	SOCIAL	EDUCAÇÃO	TOTAL 2019	TOTAL 2018
RECEITA BRUTA	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
RECEITA LÍQUIDA	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
SUPERÁVIT/DÉFICIT LÍQUIDO DO PERÍODO	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Guaratinguetá/SP, em 31 de março de 2020

Pe JOSÉ LUIZ DE MENEZES
Presidente Geral

Erika Tolli dos Santos de Oliveira
Contadora CRC 1SP-302340/O-3

DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM	31/12/2019	31/12/2018
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
SUPERÁVIT/ DÉFICIT LÍQUIDO DO PERÍODO	8.184.177,33	4.646.871,38
(+) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	2.706.350,36	-4.057.244,94
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT AJUSTADO	10.890.527,69	589.626,44
(+/-) VARIAÇÕES ATIVOS OPERACIONAIS DE CURTO E LONGO PRAZO	8.029.552,92	-5.500.679,26
VALORES RECEBÍVEIS	-1.751.011,51	526.908,94
RECURSOS COM RESTRIÇÃO (SUBVENÇÃO) A RECEBER	8.629.731,57	-5.941.826,25
OUTROS CRÉDITOS	514.022,69	-389.597,01
ESTOQUES	-25.067,77	80.302,05
DESPESAS ANTECIPADAS	-44.197,71	-9.919,56
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	506.325,67	233.402,57
(+/-) VARIAÇÕES PASSIVOS OPERACIONAIS DE CURTO E LONGO PRAZO	-5.120.117,06	6.852.463,92
SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS	81.148,53	95.207,74
FORNECEDORES	351.677,65	22.946,13
OBRIGAÇÕES FISCAIS	-19.428,07	22.279,27
OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	64.300,11	48.039,71
SUBVENÇÕES A REALIZAR	-6.948.405,05	7.091.423,72
RECEITAS DIFERIDAS	2.296.951,41	-482.417,22
OUTRAS RECEITAS/ VENDAS	-846.390,83	105.184,57
(=) FLUXO CAIXA GERADO/ CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	13.799.973,55	6.098.856,24
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+/-) INVESTIMENTOS	-1.071,82	
(+/-) IMOBILIZADO	10.369.545,44	-3.758.185,14
(+/-) INTANGÍVEL		
(+/-) CTS COMPENSAÇÃO		
(=) FLUXO CAIXA GERADO/CONSUMIDO NAS ATIV. DE INVESTIMENTOS	-10.370.617,26	-3.758.185,14
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
(+/-)EMPRESTIMOS	-283.520,00	14.000,00
(+/-) CONST PATRIMONIO SOCIAL	1.425.550,91	177.600,00
(=) FLUXO CAIXA CONSUMIDO	1.142.030,91	191.600,00
(=) AUMENTO/DIMINUIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES	4.571.387,20	2.492.271,10
(+) SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	9.062.877,66	6.570.406,56
(=)SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	13.633.964,86	9.062.877,66

Guaratinguetá, 31 de março de 2020.

Pe JOSÉ LUIZ DE MENEZES
Presidente Geral

Erika Tolli dos Santos de Oliveira
Contadora CRC 1SP-302340/O-3

EM REAIS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (em Reais / mil)

	PATRIMÔNIO SOCIAL	AJUSTE DE AVAL. PATRIMONIAL	RESERVAS DE SUPERÁVIT	SUPERÁVIT/DÉFICIT PERÍODO	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	69.452.724,09	0,00	0,00	12.485.321,38	81.938.045,47
INCORPORAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO 2017	12.485.321,38			-12.485.321,38	
RETIFICAÇÃO DE ERROS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				177.600,00	177.600,00
APURAÇÃO DE SUPERÁVIT/ DÉFICIT DO EXERCÍCIO DE 2018				4.646.871,58	4.646.871,58
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	81.938.045,47	0,00	0,00	4.824.471,58	86.762.517,05
INCORPORAÇÃO DO SUPERÁVIT/ DÉFICIT DO EXERCÍCIO 2018	4.824.471,58			-4.824.471,58	
RETIFICAÇÃO DE ERROS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-172.271,81	1.597.822,73			1.770.094,55
APURAÇÃO DE SUPERÁVIT/ DÉFICIT DO EXERCÍCIO DE 2019				8.184.177,33	8.184.177,33
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	86.590.245,23	1.597.822,73	0,00	8.184.177,33	96.372.245,29

Guaratinguetá/SP, em 31 de março de 2020

Pe JOSÉ LUIZ DE MENEZES
Presidente Geral

Erika Tolli dos Santos de Oliveira
Contadora CRC 1SP-302340/O-3

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.019

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Obra Social Nossa Senhora da Glória Fazenda da Esperança é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, entidade beneficente de assistência social com atuação preponderante na área da saúde por meio de atendimento em comunidades terapêuticas que prestam serviços de atenção em regime residencial e transitório, aos dependentes químicos e alcoolistas, e também tem atuação secundária na área da educação e assistência social.

As comunidades terapêuticas, atividade preponderante da Entidade, são regulamentadas pela Resolução RDC 29, pela Resolução CONAD 01, de 19 de agosto de 2015 e pela Lei nº13.840 de 05 de junho de 2019. São consideradas de saúde para certificação como entidade beneficente, conforme art 8-b da Lei 12101/2009.

A Entidade tem por finalidades estatutárias:

I) Prestar serviços sócio assistenciais de proteção social básica e de proteção social especial a pessoas em situação de exclusão e de risco social (dependentes químicos e alcoolistas, presidiários, portadores do vírus HIV, mulheres, crianças, adolescentes e famílias em situação de risco decorrente da pobreza ou violação de seus direitos, pessoas em situação de rua) ou qualquer outro grupo em situação de vulnerabilidade e risco social, buscando ser uma resposta aos problemas sociais e contribuindo para que se realize a fraternidade entre os homens.

II) Dedicar-se à orientação e divulgação dos seus métodos e experiências à sociedade em geral com o objetivo de prevenir ocorrência de situações de exclusão social e de risco, seus agravamentos e reincidência, em especial as relacionadas ao uso de droga e álcool.

III) Desenvolver projetos educativos, culturais e científicos relacionados a estes problemas sociais.

Pela abrangência das áreas de atuação, a Obra Social Nossa Senhora da Glória Fazenda da Esperança possui os seguintes títulos e certificados:

Registro no Conselho Nacional de Assistência Social: 266.772/75

Certificado de Entidades de Fins Filantrópicos: Portaria Nº 191, de 03 de março de 2020.

Certificado de Entidades de Fins Filantrópicos (em análise)

Processo 25000.003108/2017-00 e Processo 25000.213804/2019-63

Número de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social: 032

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: Registro número 023

Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social – SEDS: 229/75-SF

Reconhecimento de Utilidade Pública Estadual: Lei 9025, de 08.12.95

Reconhecimento de Utilidade Pública Municipal: Lei 1177, de 30.04.70

Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES - 9110437

Certificado de Entidade (CEE): 3502/2012

NOTA 02 - BASE PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) **Declaração de Conformidade**

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2019, além da observância à Lei nº 6.404/76 e suas alterações, a Obra Social Nossa Senhora da Glória Fazenda da Esperança declara, de forma explícita e sem reservas, que em todas as circunstâncias, a representação apropriada é obtida pela conformidade com as normas, interpretações e comunicados técnicos do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, relacionados a seguir:

I - Resolução CFC n. º 1.330/11 – aprova a ITG 2000 – Escrituração Contábil.

II - Resolução CFC n. º 1.374/11 e suas alterações – aprova a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.

III - Resolução CFC n. º 1.185/09 e suas alterações – aprova NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

IV - Resolução CFC n. º 1.409/12 – aprova a ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucro – que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros.

V - Resolução CFC n. º 1.255/09 e suas alterações – aprova NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

VI - Demais NBC TGs completas, quando aplicáveis.

b) **Base de Mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

c) **Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do ambiente econômico onde a Obra Social Nossa Senhora da Glória Fazenda da Esperança atua.

d) **Uso de Estimativas e Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CFC exige que a Obra Social Nossa Senhora da Glória Fazenda da Esperança faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

NOTA 03 - FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL – RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 (NBC ITG 2000)

a) A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

b) O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

c) As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

d) A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

e) A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes".

f) A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

NOTA 04 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis e seguirem os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último período social, findo em 31 de dezembro de 2019.

a) **Regime de Competência**

As receitas e as despesas são devidamente reconhecidas, respeitando-se o regime contábil de competência.

O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento, pressupondo a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

b) **Segregação de Atividades**

As contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, são reconhecidas e apresentadas de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como saúde, educação assistência social e demais atividades.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa apenas quando possui vencimento de curto prazo, de cerca de três meses ou menos da data de aquisição. Saldos bancários a descoberto decorrentes de empréstimos obtidos por meio de instrumentos como cheques especiais ou contas-correntes são geralmente considerados como atividades de financiamento similares aos empréstimos. Entretanto, se eles são exigíveis contra apresentação e formam uma parte integral da administração de caixa da entidade, devem ser considerados como componentes do caixa e equivalentes de caixa.

(i) Equivalentes de Caixa – Aplicação Financeira

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

(ii) Equivalentes de Caixa – Recursos com Restrição

Equivalentes de caixa mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de projetos e/ou demais atividades de fins específicos, contendo restrições sobre a sua utilização, são apresentados separadamente daqueles livres de restrições sobre a sua utilização.

d) Ativos circulantes e não circulantes.

Contas a receber de clientes - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado.

e) Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD):

Foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Esta provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade (média de inadimplência dos últimos três anos), e assim atendendo o art. 14 da Resolução CFC Nº1409/12 (NBC - ITG 2002).

f) Estoques

Os valores dos Estoques constantes do Balanço Patrimonial referem-se às atividades de editora e livraria, bazar, revenda de doces, fabricação de polpa de frutas, água sanitária, velas, produtos agrícolas, padaria e ateliê, estão avaliados pelo custo de aquisição ou produção (Resolução CFC No. 1.170/09 - NBC TG 16).

g) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

h) Intangível

Os gastos registrados no ativo intangível estão demonstrados a valores de custo, ajustado por amortizações acumuladas calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os respectivos benefícios, em períodos que não ultrapassam o prazo de vigência dos direitos contratuais ou outros direitos legais.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

j) Doações:

As doações e subvenções recebidas para custeio e investimento são reconhecidas no resultado.

NOTA 05 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A política contábil adotada está apresentada na nota explicativa nº 04 (c).

EM REAIS

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	C.TERAPEUTICA	SAUDE	SAUDE GERAL	EDUCAÇÃO	SOCIAL	31/12/2019
RECURSOS LIVRES SEM RESTRIÇÕES	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
CAIXA	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
BANCO CONTA MOVIMENTO	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0,00	[illegible]	[illegible]
RECURSOS VINCULADOS A SUBVENÇÕES	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
BANCO CONTA MOVIMENTO	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0,00	[illegible]
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
TOTAL	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

NOTA 06 – ESTOQUES

A política contábil adotada está apresentada na nota explicativa nº 04 (f).

ESTOQUES	C.TERAPEUTICA	SAUDE	SAÚDE GERAL	EDUCAÇÃO	SOCIAL	31/12/2019
MATERIA PRIMA	21.477,00	0,00	21.477,00	0,00	0,00	21.477,00
PRODUTOS EM ELABORAÇÃO	15.805,17	0,00	15.805,17	0,00	0,00	15.805,17
OUTROS MATERIAIS DIVERSOS	89.132,74	0,00	89.132,74	0,00	0,00	89.132,74
PRODUTOS ACABADOS	47.706,18	0,00	47.706,18	0,00	0,00	47.706,18
MERCADORIAS PARA REVENDA	69.978,34	0,00	69.978,34	0,00	0,00	69.978,34
TOTAL	243.099,4[illegible]	0,00	243.099,4[illegible]	0,00	0,00	243.099,4[illegible]

NOTA 07 – IMOBILIZADO

A política contábil adotada está apresentada na nota explicativa nº 04 (g).

As depreciações foram calculadas pelo método linear, absorvidas no custeio das atividades, à taxa estabelecida em função do tempo de vida útil fixada por espécie de bens. De acordo com determinação da Resolução CFC No. 1.177/09 (NBC – TG 27), a Entidade analisou e manteve suas taxas de depreciação de acordo com a vida útil e utilização dos bens.

Em 2019, ocorreram e seguintes movimentações de aquisições e baixas nos ativos imobilizados.

EM REAIS — EXERCÍCIO 2019

IMOBILIZADO	CONTAS	SALDO FINAL 2018	ADIÇÕES	BAIXAS	SALDO ATUAL 2019
	Imóveis	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	Edificações	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	Móveis E Utensílios	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	Instalações	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	Veículos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	Máquinas E Equipamentos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	Ferramentas E Acessórios	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	Hardware/Software	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	Semoventes	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	Biblioteca	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	Utensílios De Cozinha	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	Obras De Arte	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	Equip. Nacionais Freezing Point	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	Equip. Nacionalizados Freezing Point	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	Móveis E Utens. - Freezing Point	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	Transporte - Freezing Point	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	Semoventes	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	Biológico	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	Imobilizado Em Andamento				
	Imobilizado Em Construção - Obras	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	Construções Em Andamento	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	Bens Nacionais Em Andamento	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	Reforma E Ampliação Dos Prédios	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	Depreciação, Amortização E Exaustão	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	Total Movimentações De Aquisições E Baixas Nos Ativos Imobilizados	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

EM REAIS — EXERCÍCIO 2019

IMOBILIZADO	CONTAS	SALDO FINAL 2018	ADIÇÕES	BAIXAS	SALDO ATUAL 2019
	COMUNIDADE TERAPEUTICA	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	SAUDE	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	SAUDE GERAL	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	SOCIAL	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	EDUCAÇÃO	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	Total movimentações de aquisições e baixas nos ativos imobilizados POR ÁREA DE ATUAÇÃO	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

NOTA 08 – SEGUROS

A entidade contratou seguros contra sinistros para veículos, com valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

NOTA 09 – OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais, empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

NOTA 10 – SUBVENÇÕES E PARCERIAS

Os recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais e do setor privado têm como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

Para a contabilização de suas subvenções governamentais, a Entidade, atendeu a Resolução nº 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

-subvenções do Setor Público e Privado.

SUBVENÇÕES E PARCERIAS PÚBLICAS

ÁREA SOCIAL	CONCEDENTE/ESPECIFICAÇÃO	SALDOS 2018	VALOR CONVENIADO e/ou RECEBIDO	VALOR REALIZADO e/ou UTILIZADO	VALOR A RECEBER e/ou UTILIZAR
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	TOTAL ÁREA DO SOCIAL	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

ÁREA SAÚDE	CONCEDENTE/ESPECIFICAÇÃO	SALDOS 2018	VALOR CONVENIADO e/ou RECEBIDO	VALOR REALIZADO e/ou UTILIZADO	VALOR A RECEBER e/ou UTILIZAR
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

ÁREA EDUCAÇÃO	CONCEDENTE/ESPECIFICAÇÃO	SALDOS 2018	VALOR CONVENIADO e/ou RECEBIDO	VALOR REALIZADO e/ou UTILIZADO	VALOR A RECEBER e/ou UTILIZAR
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	TOTAL ÁREA DA EDUCAÇÃO	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
TOTAL GERAL		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

DOAÇÕES RESTRITAS

A entidade recebeu no ano 2019, recursos privados sujeitos a restrição ou vinculação por parte dos doadores. De acordo com a Resolução CFC Nº 1409/12 Conselho Federal de Contabilidade em seu item 27 letras "e" e "f" no exercício de 2019 a Entidade teve as seguintes doações com restrição ou vinculação.

ÁREA SOCIAL	CONCEDENTE/ESPECIFICAÇÃO	SALDOS 2018	VALOR CONVENIADO e/ou RECEBIDO	VALOR REALIZADO e/ou UTILIZADO	VALOR A RECEBER e/ou UTILIZAR
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	0,00	[illegible]	0,00
	TOTAL ÁREA DO SOCIAL	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

ÁREA SAÚDE	CONCEDENTE/ESPECIFICAÇÃO	SALDOS 2018	VALOR CONVENIADO e/ou RECEBIDO	VALOR REALIZADO e/ou UTILIZADO	VALOR A RECEBER e/ou UTILIZAR
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	TOTAL ÁREA DA SAÚDE	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

ÁREA EDUCAÇÃO	CONCEDENTE/ESPECIFICAÇÃO	SALDOS 2018	VALOR CONVENIADO e/ou RECEBIDO	VALOR REALIZADO e/ou UTILIZADO	VALOR A RECEBER e/ou UTILIZAR
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	TOTAL ÁREA DA EDUCAÇÃO	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
TOTAL GERAL		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
TOTAL GERAL		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

NOTA 11 – DOAÇÕES RECEBIDAS S/ RESTRIÇÃO

A Entidade recebeu doações e/ou contribuições de pessoas físicas e/ou jurídicas, previstas no seu Estatuto Social, Art. 6º, parágrafo 3º, e foram reconhecidas no resultado, conforme demonstrativo em anexo:

ÁREA SOCIAL	GRUPO CONTÁBIL	CÓDIGO	VALOR
	Doações Captadas No País	3.1.4.01.01	271.270,89
	Doações Captadas No Exterior		0,00
	TOTAL ÁREA SOCIAL		271.270,89

ÁREA SAÚDE GERAL	GRUPO CONTÁBIL	CÓDIGO	VALOR
COM. TERAPEUTICA	Doações Captadas No País	3.2.2.01.01	23.195.507,12
	Doações Captadas No Exterior		2.531.278,68
SAÚDE	Doações Captadas No País	3.2.2.01.01	761.926,02
	Doações Captadas No Exterior		0,00
	TOTAL ÁREA SAÚDE		26.488.711,72

ÁREA EDUCAÇÃO	GRUPO CONTÁBIL	CÓDIGO	VALOR
	Doações Captadas No País	3.3.2.01.01	170.061,04
	Doações Captadas No Exterior		0,00
	TOTAL ÁREA EDUCAÇÃO		170.061,04
	TOTAL GERAL		26.930.047,65

NOTA 12 – OUTRAS RECEITAS/DESPESAS

Outras Receitas / Despesas (Fatos Extraordinários): Conforme a Resolução CFC nº 1.152/09 que aprova NBC TG 13 e 1.157/09 que aprova CTG 02 e a Medida Provisória nº 449/08 (atual Lei nº 11.941/09) as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo "Outras Receitas ou Outras Despesas" no grupo operacional e não após a linha do "Resultado Operacional".

ÁREA SOCIAL	GRUPO CONTÁBIL	CÓDIGO	VALOR
	Geração de Rendas		0,00
	Deduções de Receita		0,00
	TOTAL ÁREA SOCIAL		0,00

ÁREA SAÚDE GERAL	GRUPO CONTÁBIL	CÓDIGO	VALOR
COM. TERAPEUTICA	Geração de Rendas	3.2.4.01	3.514.714,49
	Deduções de Receita	3.2.4.03	145.904,39
SAÚDE	Geração de Rendas		
	Deduções de Receita		
	TOTAL ÁREA SAÚDE		[illegible]

ÁREA EDUCAÇÃO	GRUPO CONTÁBIL	CÓDIGO	VALOR
	Geração de Rendas		
	Deduções de Receita		
	TOTAL ÁREA EDUCAÇÃO		0,00
	TOTAL GERAL		[illegible]

NOTA 13 – SERVIÇOS CONTRATADOS

Esclarecemos que o saldo de Receitas "Serviços contratados" se refere a Editais da SENAPRED, que contrata a prestação de serviços de Comunidades Terapêuticas para acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa. Em 2018 eram 46 Fazendas com aproximadamente 4.318 acolhidos, totalizando R$5.061.770,22. Em 2019 houve um acréscimo de 25 unidades totalizando 71 Fazendas com contrato assinado e um total de 12.594 pessoas efetivamente acolhidas em nossas Fazendas, com o valor total anual de R$ 14.672.542,17.

NOTA 14 – TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento, uma importante participação, nas várias ações realizadas pela entidade.

O montante desse serviço em 2019 corresponde a R$ 5.411.308,49. O valor ora realizado está registrado em conta patrimonial específica e reconhecida na receita e na despesa.

ÁREA SOCIAL	GRUPO CONTÁBIL	CÓDIGO	VALOR
	Serviços voluntários Obtidos	3.1.4.02.01	18.833,28
	Serviços Prestados Gratuito	4.1.5.02.03.0002	
	TOTAL ÁREA SOCIAL		18.833,28

ÁREA SAÚDE GERAL	GRUPO CONTÁBIL	CÓDIGO	VALOR
COM. TERAPEUTICA	Serviços voluntários Obtidos	3.2.2.02.01	5.301.375,22
	Serviços Prestados Gratuito	5.4.1.02.03.0002	
SAÚDE	Serviços voluntários Obtidos	3.2.2.02.01	58.201,27
	Serviços Prestados Gratuito	5.2.1.02.03.0002	
	TOTAL ÁREA SAÚDE		5.359.576,49

ÁREA EDUCAÇÃO	GRUPO CONTÁBIL	CÓDIGO	VALOR
	Serviços voluntários Obtidos	3.3.2.02.02	32.799,72
	Serviços Prestados Gratuito	5.3.1.02.03.0002	
	TOTAL ÁREA EDUCAÇÃO		32.799,72
	TOTAL GERAL		5.411.308,49

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LIQUIDO

O Patrimônio Liquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social acrescido do resultado do período.

O Superávit do exercício de 2019 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 14, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

A Obra Social Nossa Senhora da Glória Fazenda da Esperança esclarece que todos os recursos recebidos pela entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

NOTA 16 - AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Em 2019 foram feitos ajuste de exercícios anteriores. Trata-se de levantamento feito referente a Fundo de Depreciação deixados de lançar e lançados indevidamente. Resultou um valor credor de R$ 172.271,82.

NOTA 17 – ISENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDA

A ITG 2002 foi recentemente alterada, o Art. 9b retirou a obrigação de registrar os valores das isenções usufruídas em contas de resultado, a entidade já procedia com os registros das isenções das contribuições sociais usufruídas, dessa forma, optou-se por manter a renúncia fiscal relacionada com a atividade evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse.

A entidade possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), vigente até 22/11/2017 concedido pelo Ministério da Saúde por meio da portaria 191 de 03 de março de 2020. Foram protocolados, tempestivamente, novos pedidos de renovação junto ao Ministério da Saúde, devido a caracterização dada pelas alterações introduzidas na Lei nº 12.101/09, pela Lei nº 12.868, de 2013 em especial no Art. 8ºb.

Conforme o Art. 29 da Lei nº 12.101/09 entidades beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições sociais, de que tratam os Art. 22 e 23 da Lei nº 8.212/91.

O reconhecimento contábil ocorre apenas para os impostos e/ou contribuições sociais isentos de recolhimentos.

ISENÇÃO DAS CONSTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUIDAS

ÁREA SOCIAL	GRUPO CONTÁBIL	CÓDIGO	VALOR
	Contribuição Previdenciária Isenta	3.1.4.03.01.0001	133.969,64
	Cofins Isenta	3.1.4.03.01.0002	8.328,23
	TOTAL ÁREA SOCIAL		192.297,87

ÁREA SAUDE GERAL	GRUPO CONTÁBIL	CÓDIGO	VALOR
COM. TERAPEUTICA	Contribuição Previdenciária Isenta	3.2.2.03.01.0001	1.387.933,99
	Cofins Isenta	3.2.2.03.01.0002	1.314.395,49
SAUDE	Contribuição Previdenciária Isenta	3.2.3.03.01.0001	400.390,09
	Cofins Isenta	3.2.3.03.01.0002	23.562,06
	TOTAL ÁREA SAUDE		[illegible]

ÁREA EDUCAÇÃO	GRUPO CONTÁBIL	CÓDIGO	VALOR
	Contribuição Previdenciária Isenta	3.2.2.03.01.0001	387.272,66
	Cofins Isenta	3.2.2.03.01.0002	8.473,49
	TOTAL ÁREA EDUCAÇÃO		[illegible]

CONTR. SOCIAL USUFRUIDAS	GRUPO CONTÁBIL	31/12/2019	31/12/2018
	Contribuição Previdenciária Isenta	2.328.397,94	[illegible]
	Cofins Isenta	1.352.751,18	1.150.934,84
	TOTAL GERAL	[illegible]	[illegible]

DRE LIVRO 05 FLS

NOTA 18 – MUDANÇA DE POLITICA CONTÁBIL – GRATUIDADES CONCEDIDAS

Segundo a NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a entidade deve alterar uma política contábil apenas se a mudança:

(a) for exigida por norma, interpretação ou comunicado técnico; ou

(b) resultar em informação confiável e mais relevante nas demonstrações contábeis sobre os efeitos das transações, outros eventos ou condições acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho ou dos fluxos de caixa da entidade.

Nos exercícios anteriores a 2015, Obra Social Nossa Senhora da Glória Fazenda da Esperança, registrava o valor despendido com gratuidades (custos empregados nas atividades sociais) como receita de atendimento - com gratuidade – renúncia, tendo como contrapartida conta redutora da receita denominado como Gratuidade Concedida – Atendimento Social, no intuito de demonstrar a gratuidade na Demonstração do Resultado do Exercício.

Com o advento da ITG 2002, norma específica para as Entidades sem fins lucrativos, em especial no item 16, estabelece que o "Benefício concedido como gratuidade por meio da prestação de serviços deve ser reconhecido pelo valor efetivamente praticado", observando o disposto nesta norma a entidade entendeu que o registro da receita com atendimento, não se aplica e não atende as premissas para reconhecimento da receita contidas na NBC TG 30 – Receitas.

Desta forma, a luz da legislação vigente, a partir do exercício de 2015 optou-se por presentar como gratuidade dentro do âmbito da saúde, assistência social e educação, o custo do atendimento prestado gratuitamente, ou seja, entende-se como gratuidade os gastos efetivos realizados no decorrer do período, apurados com base na contabilização de notas fiscais, folha de pagamento, contratos de serviços e produtos, dentre outros.

NOTA 19- OBRIGAÇÕES DA SAUDE PARA FINS DE CEBAS

A Obra Social Nossa Senhora da Gloria Fazenda da Esperança enquadra-se no Art. 8ºB da Lei Federal nº 12.101/09, pois atende usuários em suas comunidades terapêuticas, prestando serviços de atenção em regime residencial e transitório, executando ações de promoção da saúde voltadas para pessoas com transtornos decorrentes do uso abusivo de substâncias psicoativas. Desta forma, a aplicação e comprovação dos requisitos para fazer jus a certificação, se dá pela demonstração e comprovação contábil da aplicação de, no mínimo, 20% (vinte por cento) de sua receita bruta em ações de gratuidade.

De acordo com o § 1º do Art. 8ºB, para fins de apuração da base de cálculo as receitas provenientes de subvenção pública e as despesas decorrentes não devem incorporar a receita bruta e o percentual aplicado em ações de gratuidade.

Sendo assim, visando o pleno atendimento dos requisitos da Lei nº 12.101/09, a entidade apresenta abaixo o demonstrativo da aplicação de 20% em ações de gratuidade sobre a receita bruta de prestação de serviços de saúde e apuração das gratuidades concedidas.

*** GRATUIDADES CONCEDIDAS:**

1. CUSTOS DO SERVIÇO DE ATENÇÃO EM REGIME RESIDENCIAL

- Comunidades Terapêuticas - O atendimento realizado pela Obra Social Nossa Senhora da Glória Fazenda da Esperança, é realizado em ambiente residencial, ingresso e permanência voluntária, convivência entre os pares, sendo o período de tempo de recuperação, a metodologia utilizada e a estratégia de cuidados estabelecidos no Plano de Acolhimento da instituição, observadas as necessidades e particularidades de cada residente. São 90 centros de recuperação, que atenderam um total de 6.275 dependentes de substâncias psicoativas (droga/álcool) em 2019.

- Casas de Apoio aos portadores do vírus HIV soropositivos: 03 casas de apoio atendendo 88 pessoas em 2019.

- Residências Terapêuticas: 03 casas de acolhimento destinadas a egressos de hospitais psiquiátricos de longa duração, para reinserção social, sendo 02 masculinas e 01 feminina, totalizando 29 moradores.

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DO PERCENTUAL DE 20% (VINTE POR CENTO) DA RECEITA BRUTA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM AÇÕES DE GRATUIDADE

Serviços Contratados na Área da Saúde	4.2.1.01.02	14.472.460,17	
Doações Recursos livres na Área da Saúde	4.2.2.01.01	26.485.716,73	
Outras Receitas da Área da Saúde: Atividade Laboral- Geração de Rendas	4.2.4	3.368.610,99	
(=) TOTAL DA RECEITA BRUTA (base de cálculo)		44.330.987,89	
		8.866.613,60	20%
Aplicação de 20% em gratuidade cont. 8ºB § 1 da Lei 12.101/09.			

DRE LIVRO 12, 04, 15 e 16

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DO PERCENTUAL DE 20% (VINTE POR CENTO) DA RECEITA BRUTA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM AÇÕES DE GRATUIDADE

Custo do Serviço de Atenção Saúde	4.2.2.01	36.533.049,34	
TOTAL DE GRATUIDADE CONCEDIDAS		36.820.648,34	80%
GRATUIDADE EXCEDENTE		27.714.636,74	62%

DRE LIVRO 05

2. CUSTOS DE SERVIÇOS DE PROMOÇÃO A SAÚDE

Projetos "Retorno a Vida": Prevenção, Reinserção e Formação de Liderança.

O custo do serviço de atenção a saúde provido com recursos próprios é apurado pelos gastos efetivos, com base em notas fiscais, folha de pagamento, contratos de serviços e produtos, e tem por objetivo demonstrar os recursos destinados às ações em gratuidade e dão base para e os atendimentos gratuitos concedidos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

CUSTOS DOS SERVIÇOS DAS COMUNIDADES TERAPEUTICAS	**32.366.207,22**
DESPESAS DE AÇÕES DE PREVENÇÃO, REINSERÇÃO E FORMAÇÃO DE LIDERANÇA	**5.433.188,12**
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	1.403.607,55
Utilidades e Serviços (Energia Elétrica, Água, Telefone, Correio, Internet e Outros)	822.590,73
Despesas Gerais (Material de Consumo, Escritório, Alimentação e Higiene, Manutenção e Reparo Predial, Serviços Prestados PF e PJ, Viagens, Veículos, Manutenção e Reparo e Materiais de Prevenção, entre outros)	3.206.989,84
DESPESAS COMUNIDADE TERAPEUTICA	**26.933.019,10**
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	4.758.708,40
Utilidades e Serviços (Energia Elétrica, Água, Telefone, Correio, Internet e Outros)	2.120.103,69
Despesas Gerais (Material de Consumo, Escritório, Alimentação e Higiene, Manutenção e Reparo Predial, Serviços Prestados PF e PJ, Viagens, Veículos, Manutenção e Reparo e Materiais de Prevenção, entre outros)	20.054.207,01
CUSTOS DOS DEMAIS SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE	**1.517.338,98**
DESPESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS- CASAS DO SOL NASCENTE E RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS	**1.517.338,98**
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	894.482,15
Utilidades e Serviços (Energia Elétrica, Água, Telefone, Correio, Internet e Outros)	42.153,52
Despesas Gerais (Material de Consumo, Escritório, Alimentação e Higiene, Manutenção e Reparo Predial, Serviços Prestados PF e PJ, Viagens, Veículos, Manutenção e Reparo e Materiais de Prevenção, entre outros)	580.703,31
CUSTOS DAS ATIVIDADES INCLUSIVAS	**2.737.103,14**
OFICINAS DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO (LABORTERAPIA)	**2.737.103,14**
Oficina de Produto de Limpeza, Velas, Polpas de Frutas, Atelier, Padaria, Doces (Despesas com Pessoal, Encargos, Matéria Prima, Materiais Diretos, Embalagens, Energia Elétrica, Manutenção, entres outras)	2.737.103,14
TOTAL DA GRATUIDADE **TOTAL DOS CUSTOS DE SERVIÇOS E ATIVIDADES NA SAÚDE**	**36.620.648,34**

DRE LIVRO 05

3. CUSTOS AÇÕES DE PROMOÇÃO A SAÚDE PACTUADA COM O SUS

As Comunidades Terapêuticas são pactuadas com o gestor do SUS e realizam ações e serviços de gratuidade em promoção à saúde, nos termos do artigo 10, da Portaria 834 especialmente aquelas voltadas à redução de risco à saúde na área do uso, abuso ou dependência de substância psicoativas, englobando ações como as abaixo listadas, mas não se limitado a elas:

a) Grupo de Mútua ajuda GEV- Grupo Esperança V

São formados 186 grupos em todos o Brasil e foram atendidas 7000 pessoas, em mais de 8.500 encontros no ano de 2019.

b) Atividades para a reinserção social para os acolhidos após o período de recuperação; visando o fortalecimento pessoal em risco de vulnerabilidade social ou pessoal, através de escolas, seminários, acompanhamentos pessoal e manutenção do vínculo com a Fazenda da Esperança;

c) Desenvolvimento de atividades de formação ou orientação de pessoas envolvidas no trabalho com dependentes químicos e também seus familiares;

d) Cooperação com entidades que atuam na área de dependência química;

e) Atividades de orientação e aconselhamento de pessoas que necessitam ou procuram informações na área de dependência química;

f) Edição e distribuição de material informativo de prevenção: livros, boletim mensal, inclusive programa de TV semanal e Rádio Web.

Foram realizados em 51 programas, em 10 emissoras de Tvs veiculando gratuitamente, sendo algumas com reprises e emitidos 12 boletins informativos com mais de 180.000 exemplares distribuídos no ano de 2019.

g) Acolhimento do dependente químico para recuperação na modalidade de Comunidade Terapêutica e também abordagem de usuários em situação de rua.

h) Encontros e acompanhamento de familiares, antes, durante e após o período de acolhimento, através do GEV- Grupo Esperança Viva;

i) Atividades de capacitação e formação dos acolhidos em diversas ofícios ou áreas de conhecimento, através de oficinas de trabalho, cursos, reuniões, etc.

j) Outras atividades que se fizerem necessárias para a devida atenção aos acolhidas: famílias e sociedade em geral, visando sempre à prevenção e a recuperação das drogas.

Sendo assim de forma gratuita e gerado custo de ações de promoção à saúde para a realização de tal, conforme descrita abaixo:

COMUNIDADE TERAPÊUTICA

PLANILHA DE CUSTOS COM AÇÕES DE PROMOÇÃO A SAÚDE

CNPJ	MUNICÍPIO	ESTADO	TIPO	Custo Anual da Filial	Total de Atendidos
48.555.775/0001-50	Guaratinguetá	São Paulo	RECANTO DA ESPERANÇA	320.165,90	0
48.555.775/0001-50	Guaratinguetá	São Paulo	CAPTAÇÃO DE RECURSOS	811.613,14	0
48.555.775/0007-45	Guaratinguetá	São Paulo	MASCULINO	836.603,50	282
48.555.775/0007-45	Guaratinguetá	São Paulo	CASA DE FORMAÇÃO	7.175,87	0
48.555.775/0007-45	Guaratinguetá	São Paulo	CENTRO ESPORTIVO	69.952,25	0
48.555.775/0011-21	Guaratinguetá	São Paulo	MASCULINO	2.282.311,61	220
48.555.775/0012-02	Lagarto	Sergipe	MASCULINO	787.077,87	151
48.555.775/0013-93	Coroatá	Maranhão	MASCULINO	1.650.339,87	259
48.555.775/0015-55	Garanhuns	Pernambuco	MASCULINO	816.026,10	174
48.555.775/0011-17	Caxias	Rio Grande do Sul	MASCULINO	810.203,71	158
48.555.775/0022-84	Rio Brilhante	Mato Grosso do Sul	MASCULINO	268.707,88	67
48.555.775/0023-65	Pacatuba	Ceará	MASCULINO	251.361,18	65
48.555.775/0026-08	Florianópolis	Santa Catarina	FEMININO	122.756,48	33
48.555.775/0027-89	Lajeado	Tocantins	MASCULINO	333.283,73	83
48.555.775/0028-70	Toledo	Paraná	MASCULINO	396.298,39	130
48.555.775/0029-50	Manaus	Amazonas	MASCULINO	1.417.619,22	275
48.555.775/0030-94	Fortaleza	Ceará	FEMININO	227.583,00	27
48.555.775/0032-56	Porto Nacional	Tocantins	MASCULINO	438.186,29	66
48.555.775/0034-18	Serra do Mel	Rio Grande do Norte	MASCULINO	217.980,93	45
48.555.775/0035-07	Passo Fundo	Rio Grande do Sul	FEMININO	157.069,75	28
48.555.775/0037-60	Poté	Minas Gerais	FEMININO	118.836,49	25
48.555.775/0039-22	São Geraldo do Araguaia	Minas Gerais	MASCULINO	346.744,86	103
48.555.775/0042-28	Gararu	Sergipe	MASCULINO	358.915,37	61
48.555.775/0046-51	Bragança	Pará	MASCULINO	314.611,01	66
48.555.775/0048-10	Alhandra	Paraíba	MASCULINO	370.805,40	77
48.555.775/0049-02	Lagarto	Sergipe	FEMININO	250.850,07	37
48.555.775/0050-36	Sena Madureira	Acre	MASCULINO	184.367,66	23
48.555.775/0051-19	Braga	Rio Grande do Sul	MASCULINO	337.209,21	76
48.555.775/0052-08	Barras	Maranhão	MASCULINO	172.938,70	37
48.555.775/0053-80	Marechal Deodoro	Alagoas	MASCULINO	232.723,84	104
48.555.775/0054-61	São Joaquim do Monte	Pernambuco	MASCULINO	122.869,58	39
48.555.775/0055-42	Campo Maior	Piauí	MASCULINO	137.069,43	72
48.555.775/0056-23	Abaetetuba	Pará	FEMININO	129.373,52	40
48.555.775/0057-04	Mâncio Lima	Acre	MASCULINO	188.956,18	80
48.555.775/0058-95	Iporanga	São Paulo	MASCULINO	163.790,82	39
48.555.775/0059-76	Teresópolis	Rio de Janeiro	MASCULINO	349.616,10	88
48.555.775/0060-00	São Gonçalo dos Campos	Bahia	MASCULINO	232.651,33	60
48.555.775/0061-90	Pojo das Trincheiras	Alagoas	MASCULINO	255.181,65	127
48.555.775/0062-71	Garuva	Santa Catarina	MASCULINO	252.864,47	91
48.555.775/0063-52	Brasília	Distrito Federal	FEMININO	101.494,87	26
48.555.775/0064-33	Campo Grande	Mato Grosso do Sul	FEMININO	160.582,55	36
48.555.775/0066-03	Sobral	Ceará	MASCULINO	462.390,76	111
48.555.775/0067-88	Ibiporã	Paraná	MASCULINO	107.418,57	42
48.555.775/0068-67	Guaratinguetá	São Paulo	FEMININO	1.550.639,35	181
48.555.775/0071-62	Guarani	Minas Gerais	MASCULINO	236.250,11	96
48.555.775/0072-43	Coromandel	Minas Gerais	MASCULINO	71.440,87	36
48.555.775/0073-24	Brejões	Bahia	MASCULINO	250.527,30	37
48.555.775/0074-05	Macaé	Rio de Janeiro	MASCULINO	239.381,85	69
48.555.775/0075-86	Iracema	Roraima	MASCULINO	267.411,41	77
48.555.775/0076-77	Piraju	São Paulo	MASCULINO	320.161,66	82
48.555.775/0077-58	Óbidos	Pará	MASCULINO	131.509,52	39
48.555.775/0078-39	Itaúna	Minas Gerais	MASCULINO	262.952,01	75
48.555.775/0079-10	Carlinda	Mato Grosso	MASCULINO	163.211,64	46
48.555.775/0080-53	Esperantina	Piauí	MASCULINO	223.787,95	47
48.555.775/0081-34	Mauriti	Ceará	MASCULINO	135.896,92	48
48.555.775/0082-15	Alegre	Espírito Santo	FEMININO	133.858,50	37
48.555.775/0083-04	Guapimirim	Rio de Janeiro	FEMININO	54.115,77	19
48.555.775/0084-87	Pouso Alegre	Minas Gerais	MASCULINO	318.222,16	88
48.555.775/0085-68	Chapecó	Santa Catarina	MASCULINO	152.500,01	49
48.555.775/0086-45	São João da Varjota	Piauí	MASCULINO	87.613,52	67
48.555.775/0087-20	Tucumã	Pará	MASCULINO	172.506,14	76
48.555.775/0088-00	São Gabriel da Cachoeira	Amazonas	MASCULINO	43.496,81	28
48.555.775/0089-81	Serra	Espírito Santo	MASCULINO	201.791,10	59
48.555.775/0086-10	Caxias	Maranhão	MASCULINO	211.047,75	71
48.555.775/0087-00	Belém	Pará	MASCULINO	568.330,47	114
48.555.775/0098-82	Jardim do Sul	Paraná	MASCULINO	272.145,55	57
48.555.775/0099-63	Dianópolis	Tocantins	MASCULINO	231.586,36	44
48.555.775/0100-31	Aurilândia	Goiás	MASCULINO	248.387,41	41
48.555.775/0102-01	Redenção	Pará	MASCULINO	169.583,74	38
48.555.775/0103-84	Condado	Paraíba	MASCULINO	90.080,96	43
48.555.775/0105-46	Taiobeiras	Minas Gerais	MASCULINO	44.644,59	7
48.555.775/0106-27	Bocaiúva	Minas Gerais	MASCULINO	99.185,88	18
48.555.775/0108-99	Balsas	Maranhão	FEMININO	46.786,98	15
48.555.775/0109-70	Santa Cruz do Rio Pardo	São Paulo	FEMININO	136.490,47	18
48.555.775/0110-03	Bacabal	Maranhão	MASCULINO	36.248,49	23
48.555.775/0111-84	Colatina	Espírito Santo	MASCULINO	101.888,80	27
48.555.775/0114-27	Bom Jardim de Minas	Minas Gerais	MASCULINO	60.964,63	34
48.555.775/0115-18	Ilhéus	Bahia	MASCULINO	62.964,29	22
48.555.775/0117-80	Caicó	Rio Grande do Norte	MASCULINO	19.632,23	22
48.555.775/0119-41	Jaboatão dos Guararapes	Pernambuco	MASCULINO	227.931,06	91
48.555.775/0120-85	Várzea da Palma	Minas Gerais	MASCULINO	22.972,84	24
48.555.775/0121-66	Mairiporã	São Paulo	MASCULINO	350.306,58	84
48.555.775/0123-68	Goiania	Goiás	MASCULINO	109.445,42	38
48.555.775/0124-09	Cruzeiro do Sul	Acre	FEMININO	68.847,34	23
48.555.775/0125-90	Poconé	Mato Grosso	MASCULINO	104.337,63	17
48.555.775/0128-70	Imperatriz	Maranhão	MASCULINO	105.580,72	10
48.555.775/0126-32	Santana	Amapá	MASCULINO	66.066,66	26
48.555.775/0129-13	Santa Rita do Sapucaí	Minas Gerais	FEMININO	45.762,78	0
48.555.775/0132-57	Canaã dos Carajás	Pará	MASCULINO	18.306,77	48
48.555.775/0131-38	Campo Verde	Mato Grosso	MASCULINO	15.106,38	0
48.555.775/0132-19	Humaitá	Amazonas	MASCULINO	51.463,90	49
48.555.775/0134-80	Alto Paraíso	Roraima	MASCULINO	2.085,65	0
48.555.775/0135-61	São Miguel Arcanjo	Roraima	MASCULINO	706,65	0
48.555.775/0081-06	Coroatá	Maranhão	FEMININO	66.256,24	24
48.555.775/0044-90	Garanhuns	Pernambuco	FEMININO	205.347,38	37
48.555.775/0063-78	Palmas	Tocantins	FEMININO	67.417,56	17
48.555.775/0092-97	Manaus	Amazonas	FEMININO	102.376,25	44
48.555.775/0090-30	Alhandra	Paraíba	FEMININO	25.550,75	21
	TOTAL			26.633.016,10	6275

ATIVIDADE LABORAL

PLANILHA DE CUSTOS COM AÇÕES DE PROMOÇÃO A SÁUDE- ATIV LABORAL

CNPJ	MUNICÍPIO	ESTADO	TIPO	Custo Anual da Filial
48.555.775/0005-83	Guaratinguetá	São Paulo	MARCENARIA	141.080,00
48.555.775/0007-45	Guaratinguetá	São Paulo	ÁGUA SANITÁRIA	1.909.803,15
48.555.775/0011-21	Guaratinguetá	São Paulo	BANANINHAS	52.207,86
48.555.775/0013-93	Coroatá	Maranhão	POLPA	166.697,56
48.555.775/0022-84	Rio Brilhante	Mato Grosso do Sul	VELAS	87.897,14
48.555.775/0066-03	Sobral	Ceará	PADARIA	87.727,77
48.555.775/0068-67	Guaratinguetá	São Paulo	ATELIÊ	264.577,65
48.555.775/0087-00	Belém	Pará	ORGÂNICOS	16.812,01
	TOTAL			2.737.103,14

PREVENÇÃO, REINSERÇÃO E FORMAÇÃO

PLANILHA DE CUSTOS COM AÇÕES DE PROMOÇÃO A SAÚDE

CNPJ	MUNICIPIO	ESTADO	TIPO	CUSTO ANUAL DA FILIAL
46.555.775/0001-50	Guaratinguetá	São Paulo	AÇÕES DE PREVENÇÃO, REINSERÇÃO E FORMAÇÃO DE LIDERANÇA	5.433.166,12

As casas de portadores vírus HIV soropositivos são pactuadas com o gestos do SUS e realizam ações e serviços de gratuidade em promoção a saúde, nos termos do artigo 10, da Portaria 834 especialmente aquelas voltadas ao acolhimento de pessoas infectadas pelo vírus HIV, em regime residencial, englobando ações como as abaixo listadas, mas não se limitando a elas:

a) Acolhimento institucional de pessoas infectadas pelo HIV (soropositivas para HIV) em regime residencial, dotadas de ambientes físicos com instalações e equipamentos necessários para esse atendimento por período de tempo indeterminado;
b) Promoção de ações relativas à alimentação saudável e adequada;
c) Ações que visam à retomada ou início do desenvolvimento de atividades laborais;
d) Realização de atividades de caráter ocupacional; atividades de lazer e recreação; atividades de arte/cultura; atividades de espiritualidade, celebração de datas comemorativas;
e) Solicitação de segunda via de documentos e encaminhamento para inserção aos benefícios previdenciários;
f) Atendimento psicológico; atendimento médico pneumologista; atendimento médico infectologista; acompanhamento do médico psiquiatra; acompanhamento de fisioterapeuta; encaminhamento para outras especialidades; acompanhamento contínuo pela equipe técnica; acompanhamento a consultas e exames;
g) Abordagem psicossocial de grupo e individual;
h) Desenvolvimento de atividades de prevenção ao vírus da imunodeficiência humana (HIV) e às hepatites virais as quais incluem: a promoção da saúde e prevenção da transmissão do HIV, das hepatites B e C, da sífilis e de outras DSTs;

Foram 2.617 acompanhamentos e atendimentos individuais, atividades familiar, atendimento médico e fisioterápico e atividades de formação e capacitação.
Sendo assim de forma gratuita é gerado custo de ações de promoção à saúde para a realização de tal, conforme descrita abaixo:

PLANILHA DE CUSTOS COM AÇÕES DE PROMOÇÃO A SAÚDE

CNPJ	MUNICIPIO	ESTADO	TIPO	Custo Anual da Filial	Total de Atendidos
46.555.775/0051-75	Fortaleza	Ceará	SOL NASCENTE	271.333,34	40
46.555.775/0016-36	Guaratinguetá	São Paulo	SOL NASCENTE I	386.770,84	28
46.555.775/0041-47	Lagoinha	São Paulo	SOL NASCENTE II	447.515,88	22
TOTAL				1.091.384,46	90

As residências terapêuticas são pactuadas com o gestos do SUS e realizam ações e serviços de gratuidade em promoção a saúde, nos termos do artigo 10, da Portaria 834 especialmente aquelas voltadas ao acolhimento de pessoas acometidas de transtornos mentais, em regime residencial, com história de longa internação psiquiátrica (com dois anos ou mais de internação), assegurando o direito de moradia e a garantia de cuidado e de reabilitação psicossocial, englobando ações como as abaixo listados, mas não se limitando a elas:

a) Acompanhamento assistencial, psicossocial e atividades de espiritualidade, ações de lazer e cultura;
b) Acolhimento em casa com rotina semelhante a de uma família: alimentação adequada, atividades domésticas, higiene, convívio em comum, lazer e atividades sócio recreativa, atenção, reuniões, momentos de leitura e espiritualidade;
c) Cuidados com a saúde: assistência médica, odontológica e psicológica pela rede pública de Guaratinguetá-SP;
d) Acompanhamento regular da equipe técnica e interação e assistência do CAPS II;
e) Encaminhamento para obtenção de documentação para reinserção aos benefícios previdenciários;
f) Atividades de ressocialização com a comunidade, bem como a reintegração familiar, visitas aos familiares, atividades de ressocialização com participação dos familiares e atividades externas como esporte, passeios, bingos, compras, etc.

Aconteceram acompanhamento regular de equipe técnica de apoio, atividades com familiares, espiritualidades, lazer e cultura e acompanhamento psicossocial.
Sendo assim de forma gratuita é gerado custo de ações de promoção à saúde para a realização de tal, conforme descrita abaixo:

PLANILHA DE CUSTOS COM AÇÕES DE PROMOÇÃO A SAÚDE

CNPJ	MUNICIPIO	ESTADO	TIPO	Custo Anual da Filial	Total de Atendidos
46.555.775/0014-74	Guaratinguetá	São Paulo	MASCULINO	348.249,03	10
46.555.775/0101-12	Guaratinguetá	São Paulo	FEMININO	85.382,26	10
46.555.775/0118-80	Guaratinguetá	São Paulo	MASCULINO	92.327,23	8
TOTAL				426.954,52	28

NOTA 20- OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CEBAS

Cadastro nos sistemas de informação

Conforme determinação do artigo 40 da Lei nº 12.101/09 e Art. 41 do Decreto nº 8.242/14 a Entidade já procedeu ao recadastramento no Ministério da Educação, pelo site no SISCEBAS (http://cebas.mec.gov.br/).

Conforme previsto no § 4º do Decreto Federal nº 8.242/14, todas as bolsas de estudos computadas como aplicação em gratuidade pela entidade estão informadas no Censo da Educação Básica - Educa censo.

Plano Nacional de Educação

Os serviços de educação desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas da Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) que estão inseridas e como consequência, por elas, regulamentadas.

Em atendimento no artigo 13 da Lei nº 12.101/09, o Decreto nº 8.242/14 e a Portaria Normativa nº 15, de 11 de agosto de 2017, do Ministério da Educação, para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) a Entidade cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente na forma do artigo 214 da Constituição Federal.

Análise do perfil socioeconômico

As unidades educacionais da Obra Social Nossa Senhora da Glória Fazenda da Esperança mantém controle individual dos prontuários, com documentação e informações prestadas pelos pais ou responsáveis dos alunos, respaldando a análise socioeconômica e a concessão das bolsas educacionais integrais.

NOTA 21 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DO MÍNIMO DE BOLSAS INTEGRAIS

A Obra Social Nossa Senhora da Glória Fazenda da Esperança, está inserida na educação, atuando com 03 (três) centros de educação infantil, atendendo crianças na faixa etária de 1 ano a 05 anos e 11 meses.
A entidade mantém unidades educacionais 100% gratuitas, mantidas por recursos próprios e por meio de parcerias/convênios com órgãos públicos.

Em 15 de outubro de 2013 foi publicada a Lei nº 12.868/2013, a referida legislação trouxe alterações à Lei nº 12.101/09, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social.

Mudança significativa ocorreu com a alteração do texto do Art. 13, e a inserção do Art. 13A à Lei Federal nº 12.101/09, que estabeleceram como requisito mínimo para o cumprimento da gratuidade uma bolsa integral para cada cinco alunos pagantes (1 x 5), em substituição a concessão de gratuidades no mínimo de 20% da receita efetivamente recebida.

Desta feita, em atendimento ao Art. 13 (educação básica) da Lei Federal nº 12.101/09 apresentamos abaixo quadro que demonstra o cumprimento dos requisitos mínimos para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente da Instituição.

Educação Básica - 2019		
Total de Alunos Matriculados		556
(-)	Bolsas integrais 100% - Lei 12.101/2009 - Com Perfil Socioeconômico	501
(-)	Outras Bolsas institucionais 100% - Sem Perfil Socioeconômico	55
(=)	Alunos Pagantes (Base de Cálculo)	0
Alunos necessários (relação 1 para 5)		111
Alunos bolsistas integrais conforme Lei 12.101/2009 considerados para cumprimento da obrigação 1/5 - Com Perfil Socioeconômico		501
Gratuidade Excedente - Bolsas integrais conforme Lei 12.101/2009		390

NOTA 22 - OBRIGAÇÕES DA ASSISTENCIA SOCIAL PARA FINS DE CEBAS

Tipificação das ações assistenciais, custos envolvidos e forma de contabilização.

A Entidade em atendimento a Resolução do CNAS nº 109/09 tipificou suas atividades, executou suas ações, projetos e programas de forma continuada, gratuita e relacionados com o desenvolvimento (objetivos institucionais) para pessoas em situação de vulnerabilidade de risco social e pessoal de assistência social. Os benefícios concedidos pela entidade a título de gratuidade são gastos efetivos no atendimento dos serviços sócio assistenciais, e estão apresentados de forma tipificada, conforme discriminado no quadro abaixo:

GRATUIDADES CONCEDIDAS

ÁREA-SOCIAL	Nome do Projeto		Nº de Atendidos	Aplic. Dos Rec. Próprios	Aplic. De Rec. Restritos	Total dos recursos aplicados GRATUIDADE
Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes	Projeto Girassol	45	72.586,80	47.397,93	120.284,53
Alta	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	Casa da Criança Sol Nascente	33	453.842,21	130.336,68	584.178,89
Alta	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (Casa Lar)	Casa da Criança Laura Vicuña	18	233.439,15	792.997,61	1.026.336,76
			96	759.867,96	970.832,22	1.730.800,18

Origem dos Recursos para realização das ações assistenciais:

A Entidade em atendimento a Lei nº 12.101/09, Decreto nº 8.242/14 e Resolução do CNAS nº 14/14, para realização de suas atividades de assistência social (fins) demonstra no quadro abaixo, as principais fontes de recursos (Art. 6º do Estatuto Social) para cumprimento de seus objetivos sociais, no custeio das atividades e para investimento:

RECEITAS PARA MANUTENÇÃO E INVESTIMENTO- RECURSOS LIVRES

ÁREA - SOCIAL	NOME DO PROJETO	RUBRICA CONTÁBIL	VALOR CONTÁBIL REALIZADO
	Doações Captadas no País	3.1.4.01.01	271.270,86
	Recuperação Desp Reversão Estimativas		6.340,08
	Receitas Financeiras	3.6	472,98
	Outras Receitas	3.7	2,10
	TOTAL		278.086,08

ÁREA - SAÚDE	NOME DO PROJETO	RUBRICA CONTÁBIL	VALOR CONTÁBIL REALIZADO
COMUNIDADE TERAPEUTICA	Doações Captadas no País	3.2.2.01.01	23.195.507,12
	Doações Captadas no Exterior	3.2.2.21.01	2.531.279,58
	Serviços Contratados	3.2.1.01.02	14.672.542,17
	Geração de Renda	3.2.4.01	3.514.714,49
	Recuperação Desp Reversão Estimativas	3.2.3.01	78.039,94
	(-) Deduções da Receita	3.2.1.02.02/ 3.2.4.02	-146.904,39
	Receitas Financeiras	3.6	241.128,60
	Outras Receitas	3.7	1.830.320,38
SAÚDE	Doações Captadas no País	3.2.2.01.01	781.929,02
	Recuperação Desp Reversão Estimativas	3.2.3.01	23.502,93
	Receitas Financeiras	3.6	18.018,91
	Outras Receitas	3.7	8.261,75
	TOTAL		46.727.340,45

ÁREA - EDUCAÇÃO	NOME DO PROJETO	RUBRICA CONTÁBIL	VALOR CONTÁBIL REALIZADO
	Doações Captadas no País	3.3.2.01.01	170.061,04
	Recuperação Desp Reversão Estimativas	3.3.3.01.02	45.720,93
	Receitas Financeiras	3.6	312,23
	TOTAL		216.094,20

RECEITAS PARA MANUTENÇÃO E INVESTIMENTO- RECURSOS LIVRES

GERAL	NOME DO PROJETO	VALOR CONTÁBIL REALIZADO
	Doações Captadas no País	24.398.765,07
	Doações Captadas no Exterior	2.531.279,58
	Serviços Contratados	14.672.542,17
	Geração de Renda	3.514.714,49
	Recuperação Desp Reversão Estimativas	151.603,86
	(-) Deduções da Receita	-146.904,39
	Receitas Financeiras	260.932,72
	Outras Receitas	1.838.584,19
	TOTAL	47.221.820,70

NOTA 23 - NOTA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A Entidade é IMUNE a incidência da CSLL - Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido por força da Lei nº 9.532/97.

DESTAQUES RELEVANTES DO ANO 2019

1. – Um grande diferencial na Entidade é o trabalho gratuito dos responsáveis e voluntários. Os voluntários "Embaixadores da Esperança" contribuem financeira e mensalmente para a Entidade, devido a sua credibilidade diante da sociedade. Os responsáveis e muitos voluntários prestam serviços gratuitos, dedicando sua vida a esta missão.
Pe. Luiz de Menezes, Presidente Geral da Entidade, foi convidado pela OEA (Organização dos Estados Americanos) a participar da primeira reunião para formular o plano curricular de prevenção, tratamento e recuperação de drogas, com base na fé. Ele apresentou o trabalho da instituição nas mais de 140 unidades, em 23 países, em Washington – Estados Unidos.
Neste ano, Frei Hans Stapel, fundador da Entidade, recebeu a "Comenda dos Direitos Humanos Dom Hélder Câmara", prêmio entregue anualmente pelo Senado Federal a personalidades que tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos humanos no Brasil.
Nelson Giovanelli Rosendo dos Santos, outro fundador, foi chamado pelo Papa Francisco para participar do Conselho Consultivo, representando o Brasil, na "Pontifícia Comissão de Proteção aos Menores", criada em 2015, para tratar da questão dos abusos de menores e adultos vulneráveis, com escuta das vítimas, elaboração de diretrizes para o enfrentamento dos casos e prevenção através dos seminários no mundo inteiro. A Fazenda da Esperança contribuiu com sua metodologia e o Conselho Consultivo, em parceria com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil realizou em 2019 um Seminário na Fazenda da Esperança Pedrinhas.
Para o apoio e formação dos voluntários e responsáveis da Entidade, foi criada a Família da Esperança, que completou 20 anos em 2019 e conta com cerca de 1.200 membros. Nesta ocasião, foi inaugurado o "Espaço do Sim de Maria" na Fazenda da Esperança das Pedrinhas, que contém uma relíquia, uma pedra certificada da casa de Maria em Nazaré, que relembra o sim de Maria a vontade de Deus. Na Fazenda da Esperança, esse fato se assemelha ao processo de recuperação, onde esse "sim" significa a aceitação da proposta de transformação de vida que seu Programa Terapêutico propõe.
2. - Estamos desenvolvendo a proposta de institucionalização da Entidade e a atualização e aperfeiçoamento do método de recuperação de dependentes químicos, alcoólatras e outras dependências, com vistas a melhorar o índice de adesão, a qualidade do tratamento e as técnicas e recursos para sustentabilidade de todas as Fazendas. Em maio de 2018, os responsáveis e fundadores da Entidade participaram do Curso de Institucionalização ministrado gratuitamente pela "Cooperativa de fundaciones", no México. Foram formadas as equipes de governança, recuperação, comunicação, sustentabilidade econômica, sustentabilidade social para estudo e diagnóstico da Entidade. Em 2019, foi realizada a segunda etapa do Curso, onde se estabeleceram as estratégias que estão sendo colocadas em prática, já avaliadas nos dois encontros do Conselho da Entidade, em maio e novembro de 2019.
Para ajuda externa, foi contratada a "Empresa Mauricio Landre Consultoria, Capacitação e Assessoria Técnica", com o objetivo de sistematizar o Projeto Terapêutico Individual, Institucional e o Manual de Orientações das Boas Práticas da Fazenda da Esperança, bem como capacitação dos seus responsáveis, além de organizar o banco de dados e o instrumento de centralização de informações básicas para o desenvolvimento do Sistema On-Line. Foram feitas visitas "in loco" nas Fazendas. Através destes estudos acontece uma nova conscientização dos responsáveis e monitores e uma melhoria geral no atendimento.

Guaratinguetá/SP, em 31 de março de 2019

Erika Teixeira dos Santos de Oliveira
CRC 1SP-302340/0-3

Pe. José Luiz de Menezes
Presidente Geral

Fazenda da Esperança

Prado Oliveira
AUDITORES ASSOCIADOS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros da

Obra Social N.S. Da Glória Fazenda Da Esperança.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Obra Social N.S. Da Glória Fazenda Da Esperança que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Obra Social N.S. Da Glória Fazenda Da Esperança, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 06 de Abril de 2020

Francisco Ignácio Prado

CT-CRC/SP 1SP 053.562

Prado Oliveira Auditores Associados Ltda
CRC/SP 2SP 014679/O-6

Rua Hungria, 664 – 1º andar - cj.13 – Jd. Europa - São Paulo – SP - CEP: 01455-000
FONE (0XX) 11 3813-1358 cel92484574 email:prado@pradooliveira.com.br